

MARINGÁ E SUAS PRAÇAS - TEMPO E HISTÓRIA

BRUNO LUIZ DOMINGOS DE ANGELIS¹
GENEROSO DE ANGELIS NETO²

RESUMO: Busca-se no presente trabalho a compreensão do processo evolutivo das praças maringaenses e sua importância para a formação da cidade. Partindo desse princípio propõe-se uma periodização que tem início em sua fundação, estendendo-se aos dias atuais. Tendo a história maringaense por cenário, procura-se mostrar que as praças locais sofrem um processo paulatino de perda de identidade, conseqüência direta do descaso de sucessivas administrações públicas, desinteresse da população e surgimento de espaços alternativos que concorrem com as praças. Conclui-se o trabalho com a constatação de que, efetivamente, não há política pública para esses espaços na cidade de Maringá.

PALAVRAS-CHAVES: espaços públicos; praças; planejamento urbano; Maringá.

MARINGÁ AND ITS SQUARES - TIME AND HISTORY

ABSTRACT: This work is an attempt to understand the evolutionary process of squares in Maringá and their importance in the formation of the town. From this principle, it is proposed a division in periods beginning in the town foundation and reaching present days. Maringá history is the scenery for showing that local squares suffer a continuous process of identity loss as a direct consequence of successive public administration negligence, the population's lack of interest and the advent of alternative places which compete with squares. The work is concluded with the evidence that, in fact, there is no public policy for such areas in the town of Maringá.

KEYWORDS: public areas; squares; urban planning; Maringá.

1. INTRODUÇÃO

O universo de uma praça é amplo e rico. Amplo na medida à que podemos estudá-la a partir de diferentes perspectivas - sua estrutura física e arquitetura, os equipamentos que a compõem, sua vegetação, usos e funções, entre tantos outros. Rico porque é possível, através das transformações ocorrentes nesse espaço e segundo a forma como a população dele se apropria, conhecermos um pouco mais da sociedade local, sua história, seus costumes e modismo ao longo do tempo (ANGELIS, 2000).

Até o final do século passado quando "abriram-se" as cidades e procedeu-se a uma "limpeza" sanitária, as praças eram criadas ao sabor do poder dominante, e despojadas de um planejamento que as inserissem e as harmonizassem com o seu entorno. Com o vento reestruturador que assolou, sobretudo a Europa no campo urbanístico, os espaços públicos passam a ser planejados em consonância com as necessidades da *urbe*, e não mais para satisfazerem caprichos e vontades pessoais. Normas e regras ditam o espaço ocupado pelas mesmas. A praça passa a ser estruturada dentro de um contexto mais amplo; de um espaço que abarca um conjunto composto por vias, passeios e edificações; ela compõe, interage, harmoniza o ambiente circundante; ela agrega e referencia a paisagem local, adquirindo uma conotação simbólica, onde o observador a retém na memória enquanto ponto de

¹ Departamento de Agronomia. Universidade Estadual de Maringá. E-mail: bldangelis@uem.br

² Departamento de Engenharia Civil. Universidade Estadual de Maringá.

referência. Diante disso, seu desenho é melhor elaborado; suas linhas mais claramente conformadas; a "leitura visual" de seus contornos passa a ser melhor definida.

Hoje constatamos que as praças e outros espaços públicos têm sido banalizados ou relegados ao esquecimento, quando não a eles conferem-lhes função totalmente diversa. O espaço ocupado pelas praças cede lugar a estacionamentos, ou então passam a ser território de desocupados, prostitutas e toda sorte de miséria humana. As calçadas, tomadas de assalto por camelôs e ambulantes, não permitem o fluir normal de pedestres por esses espaços que a eles pertencem. Os parques, abandonados, transformam-se em áreas para crescimento natural do mato que a tudo envolve. O cidadão, sem poder usufruir desses logradouros públicos, vê-se acuado entre o local de trabalho e sua moradia; sem dizer da privatização dos mesmos. A esse respeito escreve SANTOS (1996:48):

Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas, etc) foram impunemente privatizados. Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados, publicizados, como os 'play-grounds'. [...] Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.

E o que dizer das praças que se vêem envolvidas por grades a protegê-las, impedindo, muitas vezes, o acesso do cidadão ao seu interior!? São praças vazias que se mantêm limpas e cuidadas, porém, inacessíveis ao público; a esses o deleite é apenas visual. O direito aos espaços públicos, nesse caso, é retórico. Tal exemplo é um entre tantos, o que acaba por gerar a renúncia ao espaço público, e que, segundo LEITE (1997:141):

A atuação do poder público agrava essa situação de isolamento - por meio de grades, muros ou procedimentos intimidatórios - dos espaços públicos de uso coletivo, visando atender a alegações de caráter essencialmente discriminatório: falta de segurança gerada pela permanência, nas praças, parques e jardins, de 'desocupados' ou 'suspeitos', ou falta de condições intelectuais para a participação popular em atividades culturais. A cidade responde a essa rejeição recíproca entre classes sociais e poder público, exibindo uma paisagem fragmentada e desorganizada: espaços privados fortemente defendidos e espaços públicos abandonados e deteriorados.

Estudada pela ótica da Geografia, podemos entender a praça não somente como um espaço físico materializado sob a forma de mobiliário urbano, paisagismo e arborização, cujo objetivo seja o de dotar as cidades de "ilhas verdes" para o seu embelezamento. Vamos entendê-la considerando aquele que dela faz uso: o homem. E esse espaço de que estamos tratando pode ser resumido em uma definição de SANTOS (1988:73), como sendo "igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade".

Na construção do espaço pela sociedade, a praça, como qualquer outro, transmuda-se, submetendo sua geometria, volume e linhas a novas razões de conteúdo - sua função. Embora de existência antiga, as formas de ocupação pelo homem e as ações por ele desenvolvidas nesse espaço é sempre atual: seja o comércio na praça, a fruição do tempo livre, a violência e outras formas de apropriação. O uso ou a apropriação dos espaços, na forma mais autêntica, decorre da aspiração da comunidade e de acordo com as suas necessidades sócio-culturais (MOTTA, 1970). Recombinando-se constantemente no âmbito

das esferas política, econômica, social e cultural, as funções das praças ao longo da História permitem-nos o estudo das relações sociais ocorrentes, bem como o conhecimento estrutural dessa sociedade.

A praça vista como espaço geográfico impõe um desafio que é o de captá-la enquanto fato dinâmico, onde “desfila” não só a individualidade de seus passantes e ocupantes, mas, sobretudo, o *continuum*, da coletividade. É preciso entendê-la na dimensão tempo-espaço, onde a associação de ambos auxilia na compreensão da teia social - estrutura e processo.

A História tem sido campo fértil na busca de subsídios a auxiliar o homem na compreensão de fatos vivenciados em seu cotidiano ou, como diz PORTOGHESI (1995:22): “A história de qualquer praça é uma história de transformações.” Transformações ocorrentes na sociedade que se refletem e materializam-se nos diferentes espaços públicos.

2. SINOPSE SOBRE A FUNÇÃO DAS PRAÇAS

No decorrer da História, a praça tem sido um espaço no qual fatos da maior relevância nela ocorreram. Na ágora, Sócrates fora colocado sob processo. No Fórum de Roma nasceu o Império homônimo. A Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética. Na *Plaza de Mayo*, Buenos Aires, surgiu e resistiu o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar. A Praça de Tiananmen (Praça da Paz Celestial) em Pequim é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989.

A sociedade, em constante mutação, tem conferido feições diversas às praças ao longo do tempo. Assim o é desde a ágora onde, segundo SALDANHA (1993), mais do que praça de mercado ela era o espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da presença do povo na atividade política. Os gregos diziam que havia povos com ágora e povos sem ágora, uns com liberdade e outros sem liberdade. Centro dinâmico da cidade grega, a ágora é a antecessora remota de nossas praças. Quando de sua origem, era o local de reunião dos cidadãos; espaço aberto, foco da composição urbanística onde se fazia uso da palavra, falava-se de política e se formavam as correntes de opinião. Nela se fazia presente o cidadão comum que fazia valer seu direito de expressar seu pensamento. Para MUMFORD (1982) a função social do espaço aberto persistiu nos países latinos - *plaza*, *campo*, *piazza*, *grand-place* - descendendo diretamente da ágora.

Do símbolo de liberdade (a ágora ateniense era o lugar onde, não só era possível fazer reuniões, mas também cada um podia dar sua própria opinião) ao símbolo do poder (o fórum romano, era local de comércio e de política popular), fórum e ágora traduzem a necessidade de se ter um espaço onde fosse possível reunir-se, comercializar, debater idéias, assistir a jogos e representações, ou simplesmente ocupar a ociosidade do tempo. Antes de tudo eram espaços onde os homens exerciam sua cidadania.

Se fórum romano e ágora representam o grau de politização de seus respectivos povos, vamos encontrar nas praças medievais um caráter mais diverso, ou mesmo lúdico, assumindo feições de local de espetáculo e de comércio.

De acordo com BENEVOLO (1993) as praças do mundo islâmico eram espaços abertos, e o centro comercial - o bazar - não é uma praça, tratando-se de um conjunto de ruas com essa função específica. Ainda sobre as cidades do mundo islâmico, BURKE (1997) diz que, em geral não havia praças antes do século XIX, apesar de apresentarem um grande espaço livre - *majdan* - no seu exterior próximo.

As grandes cidades da China e do Japão antigos também não tinham praças públicas. A célebre Tiananmen de Pequim é uma criação recente: o espaço em frente ao Portão da Paz Celestial foi aberto para a passagem de desfiles.

Plaza Mayor e *Plaza de Armas* são "invenções" hispânicas, onde a primeira se constitui no elemento central da *urbe*, assumindo diversas funções ao longo do tempo: mercado, torneios, touradas, jogos, representações teatrais e prática da justiça. A praça das armas, de acordo com RIGOTTI (1956) e VELASCO (1971), assume duas formas bastante distintas: aquela de verdadeira praça urbana, e aquela situada extramuros da *poli*, próxima aos alojamentos militares, onde se realizavam exercícios e artes de guerra.

É a partir do Renascimento que a praça se insere em definitivo na estrutura urbana, sendo que aquelas estruturas - o largo do mercado, o adro fronteiro à igreja e outros espaços vazios - existentes na cidade medieval não são ainda verdadeiras praças. Para MATAS COLOM *et al.* (1983), nesse período histórico a praça converte-se em um dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades. Ela é entendida como um recinto ou lugar especial e não apenas um vazio na estrutura urbana. Muito mais do que valor funcional, a praça adquire valor político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico.

A praça barroca é mais monumental que funcional; a esplanada central expulsa o mercado dando lugar aos jardins, árvores, bancos, pérgulas e outros ornamentos; os espaços abertos são valorizados pela arquitetura. A espetacularidade da arquitetura barroca nas praças vem ao encontro da preferência do século em que se situa, por toda forma de exterioridade, fausto e poder. Concorreu para tanto o fato de "[...] a segunda metade do século XVI ter sido um período de transição entre duas diferentes filosofias: aquela clássica do 'finito', e aquela barroca do 'infinito'" (CALCAGNO, 1983:107).

As praças que antecederam ao modernismo tinham uma função endógena e estavam submetidas a um edifício (sagrado como a igreja; espaço cívico anexo a um edifício municipal; propriedade de um palácio) ou identificada com um uso específico (mercado). Por sua vez, FAVOLE (1995), vê a praça contemporânea como um espaço que não tem uma função específica, nem depende de um edifício ou de um monumento. Sua finalidade é a de se constituir em um lugar atrativo de encontro e reunião. Porém, constata-se que nos dias de hoje esse lugar cede vez a um espaço onde encontramos pessoas isoladas, solitárias; isso quando as encontramos. A corroborar o que diz FAVOLE (1995) acima, vamos encontrar em PLACANICA (1995:55) que a praça contemporânea é a antítese, "[...] a negação de uma praça, visto que essa, nascida como lugar essencialíssimo de encontro - físico, econômico, ideal, cultural - [...] foi reduzida a depósito de realidade embarçada, inanimada e inalterada; local de passagem absolutamente efêmero, no qual é impossível permanecer, e menos ainda reunir-se".

3. A PRAÇA NO BRASIL

REIS FILHO (1968) registra que no Brasil a presença de praças e largos vem de longa data, remontando aos primeiros séculos da colonização e ocupando a posição de valorizadores do espaço com função organizacional. Sobre esses espaços recaíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao seu redor a arquitetura de maior apuro, já que eram pontos de concentração da população. Segundo MARX (1980) as praças no Brasil colônia estavam associadas aos adros das igrejas, servindo para reunião de pessoas e diversas atividades, não só religiosas como também as de recreio, mercado, políticas e militares.

Um dos primeiros jardins públicos construídos no Brasil foi o Passeio Público do Rio de Janeiro. Suas obras foram iniciadas em 1779 por ordem do vice-rei D.

Luis de Vasconcelos que incumbiu Valentim da Fonseca e Silva - o Mestre Valentim - de projetar um "jardim de prazer", isto é, um jardim público, para servir à população da cidade (TERRA, 1995). As preocupações de ordem higiênica o levaram a aterrar a lagoa existente (Lagoa Grande ou do Boqueirão da Ajuda), com o desmonte do Outeiro das Mangueiras. Embora destinado a um público restrito, será o primeiro jardim estruturado nas proximidades do contexto urbano. Inaugurado em 1783 teve sua própria história ligada a todo o decorrer do desenvolvimento da cidade. Pelos registros existentes constata-se que ele foi traçado nos moldes de um jardim francês, pois a idéia de perspectiva infinita, proporcionada pelo mar que chegava até seus limites, dava-lhe um ar de grandiosidade. O seu estado atual em muito assemelha-se à reforma realizada em meados do século XIX pelo botânico Auguste Marie François Glaziou, admitido por D. Pedro II para elaborar e supervisionar os Jardins Imperiais. Ocupado não só com a reforma do Passeio Público, mas também com o paisagismo da Quinta da Boa Vista e o Campo de Santana, Glaziou em pouco tempo imprimiu sua marca na cidade: canteiros de desenho oval cortados por lagos, pequenas cachoeiras e grutas de pedra. Além da edificação de jardins, dedicou-se também à criação de herbários, descobrindo muitas espécies e introduzindo plantas brasileiras nas praças e ruas. De acordo com SEGAWA (1996), o Passeio Público do Rio de Janeiro foi contemporâneo ao surgimento dos primeiros jardins públicos europeus na segunda metade do século XVIII, símbolos do pensamento iluminista a invocar algumas formas de sociabilidade nas quais a aristocracia e a burguesia encontravam um lugar comum. Até o ajardinamento do Campo de Santana, a partir de 1880, o Passeio Público foi, por quase um século, o único recinto com as características de local "para ver e para ser visto".

BLOSSFELD (1965) fala dos primórdios da jardinagem no Brasil, no início do século XIX, com a vinda da corte portuguesa, e liga o fato ao início da urbanização. Os primeiros trabalhos, segundo o autor, foram: o ajardinamento do Paço, a formação de aléias e passeios públicos e a criação de parques e praças.

Quando se fala em praças no Brasil, não há como desvincular seu estudo de uma referência, que é o do desenvolvimento do paisagismo em nosso país. De acordo com o Projeto QUAPÁ³ (1997), o paisagismo brasileiro se define no século XIX a partir do surgimento de uma rede consolidada de cidades grandes e médias que, situadas principalmente no litoral e sob forte influência urbanística européia - francesa e inglesa -, possuem condições para a criação de obras significativas, tanto de espaços públicos - parques, praças e *boulevards* - como privados - jardins de palacetes e chácaras. O paisagismo no Brasil alcança no século XX uma identidade projetual própria, especialmente após os anos 40 com o trabalho de Roberto Burle Marx. Juntamente com a influência das obras dos paisagistas norte-americanos Thomas Churchill, Garret Eckbo e Lawrence Halprin, Burle Marx muito influenciou na definição dos paradigmas do paisagismo moderno brasileiro.

Se nos pautarmos por um enfoque antropológico podemos afirmar que a praça no Brasil tem sua origem a partir das habitações indígenas. Considerando que a maioria das tribos construíam suas ocas alinhadas formando um círculo, cujo centro, vazio, era o local de reuniões, festas e ritos, então teremos aí o primeiro registro desses espaços em nosso país. Embora tais espaços não fossem nominados como praças, sua função, porém, as evoca. Sem dizer da centralidade, outra característica muito comum às praças e tão presente nas aldeias indígenas (ANGELIS, 2000).

Há alguns anos era possível encontrar no Brasil interiorano, rural, o das pequenas cidades, onde *shopping-centers*, quando muito, existiam no imaginário das

³ Projeto de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório de Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, coordenado pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo, e que tem como objetivo reunir os exemplos mais significativos entre os projetos paisagísticos construídos no Brasil, sejam eles de parque, praças ou calçadas.

pelo aglomerado de choças que, sem qualquer vínculo com a vizinhança evoluem para o estágio primário de urbanização. É esse o primeiro liame cidadão. A feição urbana é esboçada pela necessidade de uma autoridade local e divisão do trabalho. A produção agrícola sustenta a *urbe* e os lavradores constroem obras de uso comum: a capela, o mercado, a sede da câmara, a cadeia. A esse respeito escreve OMEGNA (1961:68): “A predominância da economia agrícola na vida colonial brasileira vai dar ensejo a que se multiplique o número desse tipo de urbanização pelo país. Elas representam o mais freqüente processo de citatização de nossas populações”.

A importância da agricultura no estabelecimento das cidades brasileiras não se fez sentir somente no período colonial. Ainda em tempos recentes, quando do desbravamento de novas fronteiras agrícolas nas regiões Norte e Centro Oeste, constatou-se idêntico processo. Da mesma forma deu-se a ocupação da região Norte do Paraná - onde se localiza Maringá -, a qual se fez pela expansão cafeeira, assentada em uma produção mercantil e bastante dinâmica, com grande adensamento populacional. A cultura do café ao expandir-se incorporava novas terras e demandava um número crescente de trabalhadores; isso por sua vez ampliava o mercado consumidor para produtos industrializados, o que fomentava o surgimento de pequenas agroindústrias (LUZ, 1988).

Embora ombreada pela cultura do café, a colonização observada em Maringá e seu entorno apresenta particularidades próprias e, em parte, diferentes das demais que ocorreram no Brasil, e mesmo no Estado do Paraná, só assemelhando-se - guardadas as especificidades de cada uma - àquela da Alta Sorocabana, que lhe foi anterior. Acompanhou de modo empresarial e organizado o avanço da “onda cafeeira”, dirigido, de um lado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e outras empresas particulares e, de outro, pelo próprio Estado (LUZ, 1988). BRUAND (1981:72) assim se refere às cidades geradas pelo movimento de expansão da frente pioneira que vem da Alta Sorocabana e se estende ao Estado do Paraná:

Muitas cidades nascidas umas após as outras no Oeste do Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, à medida que as plantações de café avançam para o interior. Uma rede, muito densa para o Brasil, surgiu dessa maneira em alguns anos; cidades como Marília e Londrina, fundadas em 1933, ou como Maringá, uns dez anos mais nova.

A essas experiências de colonização ocorrentes nas décadas de 20 e 30 no Estado do Paraná, MARX (1980) a elas refere-se como “excepcionais” quanto ao feitiço característico dos aglomerados urbanos, enumerando os fatores dessa excepcionalidade: o tipo do sítio disponível numa paisagem muito homogênea; o trem, novo meio de transporte; e a rápida divisão e venda dos terrenos.

A percepção de LEVY STRAUSS (1986:113-114) é reveladora ao comentar o projeto de colonização que estava em fase inicial de implantação pela CTNP:

Um espaço informe adquiria, dia após dia, uma estrutura urbana; ia-se diferenciando à imagem e semelhança do embrião que se reparte em células, que se especializam em grupos, caracterizados, cada um deles, pela sua função. [...] Nestas cidades de síntese do Brasil meridional, a vontade secreta e teimosa que se manifestava na implantação das casas, na especialização das artérias, no estilo nascente dos quarteirões, parecia tanto mais significativa quanto mais evidente era o fato de contrariar, ao mesmo tempo que prolongava, o capricho que tinha originado a iniciativa. Londrina, Nova Dantzig, Rolândia e Arapongas - nascidas da

decisão dum equipe de engenheiros e financeiros - entravam suavemente na diversidade concreta dum ordem verdadeira, tal como acontecera um século antes em Curitiba, tal como talvez aconteça hoje com Goiânia.

Com o intuito de desbravar novas terras para o plantio de café, fazendeiros paulistas e mineiros deram início, em princípio deste século, à colonização do Norte do Paraná, na região hoje denominada Norte Velho. Conhecido o potencial das novas terras, principalmente visando o plantio de café, a empresa colonizadora britânica *Paraná Plantations Company*, através de sua subsidiária, a CTNP, adquiriu do Governo do Estado e de diversos posseiros uma gleba de 515.000 alqueires, que veio a se constituir no Norte Novo. Em decorrência da deflagração da Segunda Guerra Mundial em 1939, um grupo de brasileiros adquiriu dos ingleses a CTNP, que passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), somando, sob essa nova estrutura, mais 30.000 alqueires às terras existentes, região que passou a ser denominada Norte Novíssimo (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 1997).

O ambiente social que se estabeleceu na região era favorável à motivação positiva no sentido da produção e acumulação de capitais, estimulando o trabalho do pioneiro que buscava sua independência. O café com mercado externo garantido pelo governo federal constituía-se no fio condutor da economia e garantia o processo de acumulação. A madeira de lei, colhida durante a abertura das áreas agrícolas e, muito mais, as lavouras intercaladas aos cafeeiros e nos fundos de vales, garantiam a subsistência e a reprodução de uma economia regional que se capitalizava a partir do pequeno e do médio produtor. (LUZ, 1980).

A observação dos planos originais das cidades implantadas pela CTNP revela, guardadas as diferenças funcionais e de escala originalmente previstas, um sofisticado sentido de desenho, mesmo nos núcleos maiores, como o caso de Maringá. O padrão de desenho criado para Maringá pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira segue os princípios adotados, a partir do início desse século, por Ebenezer Howard, e que se convencionou chamar de "cidade-jardim". Constata-se a busca da organicidade, a adequação do urbano às características da paisagem e do clima locais, a presença de amplos parques e de um urbanismo de espaços abertos. O traçado urbanístico da cidade obedeceu a um plano previamente estabelecido: praças, ruas e avenidas foram demarcadas, considerando ao máximo as características topográficas do sítio escolhido. Ao longo do tempo, constata-se que este modelo de desenho urbano não se repetiu nos acréscimos ao plano original da cidade. A mera observação dos traçados atuais destes centros revela a perda de qualidade que ocorreu em função do crescimento recente.

Três princípios nortearam a colonização: a construção de um eixo rodoviário de penetração; assentamento de núcleos básicos de colonização na rota desse eixo rodoviário; e, divisão da zona rural em áreas, em média, não superiores a 14 alqueires. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1977).

Enquanto a CTNP/CMNP detinha o controle imobiliário dos lotes da cidade de Maringá, sua estruturação seguia os padrões do projeto idealizado por Jorge de Macedo Vieira. Quando a conjuntura sócioeconômica regional passa por profundas transformações em meados da década de 70 (substituição da cultura do café pelo binômio soja-trigo), ocorre a substituição das funções da cidade e esta se reestrutura para melhor atendê-las. É então que a CMNP perde o controle imobiliário do espaço urbano, cabendo a particulares o benefício dos loteamentos periféricos, auxiliados pela política habitacional do governo federal através da implantação de conjuntos habitacionais. Esses loteamentos periféricos desfiguraram a feição original da cidade, fazendo com que Maringá sofresse as vicissitudes

próprias de uma cidade de médio porte que, sob muitos aspectos, não estava preparada para um crescimento rápido como o ocorrido. Esse processo de deterioração do padrão urbanístico repete uma tendência da urbanização brasileira recente, onde o crescimento urbano vem sempre acompanhado da periferação das populações de menor renda, em áreas mal dotadas de serviços e de baixo padrão urbanístico.

5. AS PRAÇAS DE MARINGÁ E O TEMPO - TOPÔNIMOS E PERIODIZAÇÃO

O cotidiano maringaense desenvolve-se e gravita, em grande parte, em torno de suas praças. O centro político-administrativo formado pelo paço municipal, fórum e câmara dos vereadores situa-se junto a duas praças contíguas: Deputado Renato Celidônio e da Catedral. O trânsito da cidade flui por amplas avenidas, cuja monotonia é quebrada pela presença espaçada de praças em forma circular. Um dos principais eixos da cidade - Avenida Getúlio Vargas - tem em suas extremidades duas praças: Raposo Tavares e Deputado Renato Celidônio. O ponto de maior apelo turístico - a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória - localiza-se em uma praça: da Catedral.

Constata-se em termos de Brasil a importância menor que é dada aos espaços públicos como um todo, e em particular às praças. Nesse contexto, Maringá não tem sido exceção ao critério de se conferir diferentes graus de importância às diversas estruturas urbanas. Em um momento inicial, podemos fazer a seguinte análise no tocante a esses espaços públicos de Maringá. Primeiro com relação às praças já implantadas, onde é perceptível que àquelas localizadas na área central dispensam-se maiores e melhores cuidados, enquanto as periféricas são relegadas, se não ao abandono completo, a um estado de penúria. O segundo ponto a ser analisado diz respeito ao número de praças implantadas ao longo do tempo, onde se constata que não acompanhou a expansão da cidade, penalizando, ainda uma vez mais, a população carente da periferia.

O tempo registra as transformações ocorrentes nas sociedades, sendo que os topônimos constituem-se em instrumental importante na compreensão da história da *urbe*. Segundo MARX (1996) o nome dos lugares lança luz sobre a evolução das cidades e abre novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral. A História demonstra a importância dos nomes que se dá aos logradouros públicos. Esses registram no tempo a evolução sóciopolítica de um lugar. São espelhos de uma época e, mutáveis que são, retratam a dinamicidade própria da evolução da cidade. Segundo DIAS (1998:7) "é o esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história local ou nacional".

A necessidade que se tem de perenizar nomes, datas e eventos, longe de ser hábito desta ou daquela localidade, pode ser verificado em qualquer lugar do mundo. Trata-se de atitude tão pouco inócua que regimes revolucionários tendem a rebatizar vias e logradouros públicos com referências aos fatos e personagens fundadores do regime instituído. Reviravoltas históricas têm procedimentos análogos. Muitos países do leste europeu, com o desmoronamento dos regimes estalinistas, acabaram resgatando o nome que as vias públicas tinham antes da implantação do chamado socialismo real. Exemplo mais amplo é o da cidade de Leningrado, que voltou a ser chamada pelo seu nome original, São Petersburgo (DIAS, 1998)

O nome dado às praças de Maringá não foge, via de regra, aos critérios adotados mundo afora: ora se homenageia um pioneiro local, ora um vulto histórico, um santo, uma data, um benemérito social, quando não uma cidade, um espécime da flora ou

fauna. É possível verificar, ao longo da história maringaense, períodos distintos nos quais o nome que se deu às praças segue um padrão previsível.

Outra particularidade diz respeito ao caráter dinâmico na redefinição dos nomes de algumas praças maringaenses. Esse comportamento atesta que os nomes são escolhidos em função do momento sóciopolítico vivenciado. É assim que encontramos a Praça Ipiranga rebatizada de Vereador Oswaldo Vieira; a Praça Curitiba atualmente denominada Praça Pioneiro Antonio Laurentino Tavares; ou ainda, pode-se dizer que o nome ficou obsoleto, como a atual Praça Napoleão Moreira da Silva que já se chamou Praça da Rodoviária, nome que ficou "caduco" com a transferência do terminal para outro local. Um outro exemplo é o da praça que já foi Frei Caneca, rebatizada dos Expedicionários. Exemplo mais notório dessa dinamicidade e da reavaliação crítica porque passam nomes diz respeito à praça antes chamada 31 de Março, e hoje rebatizada de Rotary Internacional. A data em questão reporta-nos a um acontecimento histórico - revolução de 1964 -, e outrora lembrada como "redentora da pátria". Hoje a leitura que se faz desse fato é diferente, tendo sido colocado a nu os desmandos e erros cometidos pelo regime de então.

O povo, "senhor dos espaços públicos", por vezes adota critério próprio ao conferir nome a esses espaços. Ele pode desconhecer, em muitos casos, a história que se oculta por trás de um nome de praça, mas consegue, em contrapartida, estabelecer lógica própria e criativa para se referir aos espaços públicos a despeito dos trâmites legais e da autorização oficial. É assim que vamos encontrar que a Praça Pedro Álvares Cabral é muito menos conhecida do que "praça de patinação", o seu nome popular; a Praça Pio XII é chamada "cogumelo"; a Praça Manoel Ribas "*bicicross*"; e a Praça 7 de Setembro "praça do peladão". Por vezes, estabelecimentos comerciais se sobrepõem aos nomes oficiais. Para consumo público, as Praças José Bonifácio e Manoel Ribas são, respectivamente, as praças do Posto Maluf e do *Car Wash*. No primeiro caso temos um posto de gasolina no entorno do logradouro que acabou por dar nome informal àquela praça; no segundo caso um antigo estabelecimento de lavar carros, hoje lanchonete, propiciou o surgimento de nome alternativo.

É possível enquadrar as praças maringaenses, no que diz respeito aos seus topônimos, em seis categorias ou referenciais, tendo por parâmetro estudos histórico-lingüísticos desenvolvidos por FERNANDES (1941), CARDOSO (1961) e DICK (1997), a saber: hiero-hagiotopônimo (estudo dos nomes sagrados), antropotopônimo (estudo do nome das pessoas), histo-sociotopônimo (estudo dos nomes, fatos e datas de caráter social e/ou histórico), fitotopônimo (estudo do nome das plantas), zootopônimo (estudo dos nomes dos animais) e os topônimos geográficos (estudo dos nomes dos lugares geográficos).

Das noventa e nove praças existentes em Maringá foi possível proceder à categorização dos seus topônimos, onde: onze foram enquadradas como sendo de cunho religioso ou hiero-hagiotopônimo⁴; sete estão classificadas como topônimos geográficos⁵; uma está classificada como fitotopônimo - das Palmeiras -, e uma como zootopônimo - das Garças. Onze estão enquadradas como sendo histo-sociotopônimo⁶. Considerou-se como sendo histórico-sociotopônimo somente aquelas praças cujos nomes, datas e fatos não estejam limitadas a uma determinada área geográfica, ou seja, unanimemente

⁴ Praça da Capela, da Catedral, da Glória, Nossa Senhora da Aparecida, Papa Pio XII, Sagrado Coração de Jesus, Santa Isabel, Santo Antônio, São Benedito, São Vicente e Todos os Santos.

⁵ Praça das Américas, Cidade de Bressia, Londrina, Olinda, Ouro Preto, dos Sertões, Vila Rica.

⁶ Praça do Aeroporto, das Bandeiras, dos Expedicionários, Farroupilha, da Independência, Lions, Nações Unidas, Rotary Internacional, Zumbi dos Palmares, 7 de Setembro e 21 de Abril.

reconhecidas. Cinquenta e seis praças enquadram-se na categoria antropotopônimo⁷. As doze praças restantes não haviam sido nominadas até dezembro de 1997.

O estudo dos topônimos das praças de Maringá permite conhecer melhor o processo de transformação pelo qual passou a estrutura sóciopolítica da cidade, desde sua criação aos dias de hoje. As mudanças ocorridas ficaram registradas nos nomes que foram conferidos a esses logradouros, mostrando, assim, uma sociedade não desvinculada da realidade, seja em nível local como global. Por outro lado, essa vinculação não significa um conhecimento coletivo dos topônimos das praças. O que verificamos é que, com frequência, o nome do logradouro restringe-se a uma placa que o identifica - quando muito! -, ficando sua história restrita às leis e decretos que resultaram na sua criação, portanto, "letra morta". Esse desconhecimento da História revela uma faceta da sociedade de total descomprometimento com a memória da cidade. Chega a ser antagônico esse comportamento, uma vez que, em vivendo em espaços que nos são familiares - logradouros públicos -, sequer percebemos a sua natureza específica nem aquilo que lhe é particularmente vital. Talvez, porque envolvidos pela globalização, estejamos seguindo a tendência crescente de não nos identificarmos mais com um lugar específico e a sua história. A continuar assim, a praça há de ser tão somente uma superfície com diferentes formas geométricas delimitada por vias públicas.

Para uma melhor análise desses espaços públicos maringáenses ao longo do tempo procurou-se sistematizá-los dentro de uma periodização que abarcasse características comuns, e que propiciasse uma visão mais clara sobre as causas que determinaram um maior ou menor incremento no número de praças instaladas. Nesse contexto estabeleceu-se quatro fases distintas: (a) os primeiros anos - 1947 a 1959; (b) migração campo-cidade - 1960 a 1973; (c) a periferização - 1974 a 1983; (d) a cidade vertical - 1984 a 1998 (ANGELIS, 2000).

5.1. OS PRIMEIROS ANOS: 1947-1959

Esses primeiros anos, período que vai do início da implantação do núcleo definitivo da cidade (1947) até os primeiros movimentos migratórios campo-cidade (1959), caracterizam-se pela abertura da nova fronteira agrícola e, conseqüentemente, atração de mão-de-obra que permita estabelecer, primeiramente, uma agricultura de subsistência e, na seqüência, aquela comercial. A população rural, predominante sobre a urbana - em 1950 81,16% da população do município habitava a zona rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 1997)-, servia-se da *urbe* como local de abastecimento de gêneros que não eram passíveis de serem retirados da terra e serviços. Dessa forma, a atividade rural, paulatinamente, foi subsidiando o crescimento e desenvolvimento da cidade. Quando a CMNP "encomendou" ao urbanista Jorge de Macedo Vieira um plano para a cidade de Maringá, este reservou áreas de considerável tamanho para os espaços públicos abertos -

⁷ Praça Amábil Gíroldo, Arnaldo Armstrong de Oliveira, Ary Barroso, Atleta Reinaldo Bittencourt, Deputado Heitor Alencar Furtado, Deputado Renato Celidônio, Elídio Neto Laranjeira, Emiliano Pernetá, Emilio Farjado Espejo, Emygdio de Britto, General Gomes Carneiro, General Osório, Geoffrey Wild Diment, Henrique Fregadolli, Jardineiro Altino Cardoso, Jitsuji Fujiwara, José Bertoni, José Bonifácio, Juiz Fernando Antônio Vieira, Júlio do Carmo Esteves, Júlio Jerônimo dos Santos, Luiz Gonzaga, Manoel Ribas, Maestro Aniceto Matti, Megumi Tanaka, Ministro Antônio Oliveira Salazar, Napoleão Moreira da Silva, Naturalista Augusto Ruschi, Ney Braga, Nilza de Oliveira Pipino, Pedro Álvares Cabral, Pioneiro Antônio Laurentino Tavares, Pioneiro Bento de Freitas da Silva, Pioneiro Fiori Progiante, Pioneiro Galileu Rigolin, Pioneiro Irineu Murazi, Pioneiro Jacinto Ferreira Branco, Pioneiro José Inácio da Silva, Pioneiro Júlio Ribeiro Vilella, Pioneiro Olímpio Forcelli, Presidente Kennedy, Professor Ary de Lima, Professora Ester Josepetti, Professora Nadir Aparecida Cancian, Professora Rachel Pintinha, Raphaela Name Lucchesi, Raposo Tavares, Regente Feijó, Rocha Pombo, Salgado Filho, Senador Abilon Souza Naves, Thereza R. B. Covre, Vereador Eurico Vieira Guido, Vereador Malaquias de Abreu, Vereador Oswaldo Vieira, Vicente Simino.

praças e parques. No projeto original, contam-se 33 praças, sendo que, de 1947 a 1959, apenas 5 foram efetivamente implantadas e urbanizadas: Napoleão Moreira da Silva, Nossa Senhora da Aparecida, São Benedito, Santo Antônio e Santa Isabel. Nos primeiros anos - o desbravamento da terra e a colonização - o caráter mítico-religioso e o culto aos santos determinam os topônimos. Era a sociedade da época expressando sua religiosidade e conservadorismo. A fé fazia-se presente a nortear esses primeiros anos, difíceis, onde a crença manifestava-se de forma coletiva, concretizada no nome dado às praças: Nossa Senhora da Aparecida, Santo Antônio, Santa Isabel e São Benedito. A quinta praça - Napoleão Moreira da Silva - comportou a primeira rodoviária de Maringá.

É nosso entendimento que um número restrito de praças implantadas no presente período não depõe contra a cidade nascente, pois existiram contingências próprias da época a ditar tal procedimento, a começar pelo número de habitantes que residiam na zona urbana - no ano de 1950 eram 7.270 pessoas e, dez anos mais tarde, 47.592 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 1997). O número de habitantes da zona rural era superior ao da urbana, e o cotidiano da cidade se desenvolvia, sobretudo, fora do perímetro urbano nesses primeiros anos. A cidade nascente não oferecia muitas opções quanto ao lazer. Este é, aliás, um dos aspectos característicos dos núcleos urbanos pioneiros, em que o trabalho e as preocupações com a vida material ainda ocupam a maior parte do tempo dos indivíduos. Podemos argumentar ainda que a cidade carecia de toda infra-estrutura, inclusive das mais primárias, razão pela qual aqueles espaços públicos foram implantados a *posteriori*, à medida que a cidade crescia e o plano urbanístico assim reclamava.

No período ora estudado, as praças destacam-se por apresentarem duas funções distintas: estruturante (dar forma ao desenho da cidade que saía de uma prancheta, propiciando um crescimento ordenado à luz da hierarquização proposta pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira) e social (era o local de encontro). Essas primeiras praças foram urbanizadas ao longo do tempo, e tiveram por embrião igrejas que nelas se instalaram e, conforme visto anteriormente, deram-lhes o nome. Devido a esta característica, esses espaços serviam como ponto de encontro da comunidade, sobretudo em dias de ofício religioso. Na análise que se procedeu na presente fase, considerou-se também a evolução da ocupação urbana de Maringá, onde constatou-se que no período em tela foram abertos 15 loteamentos não contemplados no plano original. Ao contrário do projeto inicial da cidade, os novos loteamentos não seguiram o padrão de se reservar áreas, em quantidade, que propiciassem a implantação de novas praças. Dessa forma, já nesse início de expansão cidadina, constatou-se um princípio de desvirtuamento do projeto original, característica que se mantém até os dias de hoje. Esse procedimento, pautado pela ocupação máxima da área *edificanti* em função da especulação imobiliária, deteriora a qualidade ambiental de uma cidade que se projetou como sendo "cidade-jardim".

Outros espaços de lazer que não as praças já se faziam presentes nesse período. Três cinemas foram abertos: o primeiro, no ano de 1947, Maringá, o segundo, em 1948, Primor, e o terceiro, Paraná, em 1956. O Aero-club de Maringá foi fundado em 1948, e a primeira emissora de rádio, Cultura de Maringá, inaugurada no ano de 1951.

Em fins dos anos 50, a cidade começa a gestar uma nova realidade, determinada, uma vez mais, por fatores que têm sua origem a partir da zona rural.

5.2. MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE: 1960-1973

O café, que fora na década de 50 a mola propulsora de atração dos pioneiros para a região de Maringá, fomentando um desenvolvimento equilibrado e harmonioso para a cidade, passa, a partir do início dos anos 60, a redesenhar toda a feição regional. Fortes geadas e a política de desestímulo por parte do governo levam os agricultores a erradicarem parte dos cafezais e a substituí-los pelo binômio soja-trigo. A mecanização dessas lavouras

“expulsa” do campo contingente considerável de pessoas, que procuram a cidade em busca de trabalho. É o êxodo rural que passa a determinar um novo desenho para Maringá; é o início do “inchamento” da *urbe*. A esse propósito afirma o historiador maringaense LEAL (1991:13): “A conversão da lavoura cafeeira para a de soja e trigo, aliada à mecanização da terra representará, no final das contas, uma inversão radical no contingente populacional de Maringá, passando o setor urbano a contar com mais de 90% da população total do município, e o restante, com tendência de queda, residindo na zona rural”. Neste contexto, vamos encontrar a cidade de Maringá despreparada para fazer frente a este novo contingente populacional. Como consequência, tem início o processo de periferização da cidade, com o surgimento de loteamentos deficientes em relação aos requisitos urbanísticos básicos (asfalto, água, esgoto). A ocupação dessas áreas foi provocada por atividades imobiliárias especulativas que, ao mesmo tempo em que dirigiam o adensamento para áreas desprovidas de infra-estrutura e serviços básicos, deixavam terrenos centrais vazios, à espera de valorização. Aqueles terrenos, por serem afastados do centro da cidade, apresentavam preços mais acessíveis e, conseqüentemente, atraíam os migrantes que chegavam a Maringá.

No período compreendido entre os anos de 1960 a 1973, são implantados 26 novos loteamentos, e 22 praças⁸. Essa relação loteamentos-praças não significa que em média instalou-se uma praça por loteamento. Constatamos que 14 (as 14 primeiras listadas na nota de rodapé número 8) das 22 praças em questão faziam parte do projeto original, as quais compõem o núcleo central da cidade. As praças restantes, em número de 9, foram implantadas nos novos loteamentos ou, ainda, em outros já existentes. Verifica-se, uma vez mais, o distanciamento do plano inicial da cidade, o qual privilegiava um maior número de áreas livres para implantação de praças. Neste período as praças continuam sendo implantadas como elemento estruturador da cidade, mas não têm somente a função de comportar em sua área uma igreja a receber a população em dias de festividade religiosa. Elas passam a se constituírem em ponto central de confluência da população, sobretudo aquela que mora na periferia da cidade - é a opção de lazer mais barata, talvez a única, que aquelas pessoas dispunham para seu entretenimento. Diferentemente do período anterior, onde o nome dado às praças tinham caráter religioso, no período em tela constatamos o espírito nacionalista que vigorava na época; tal se explica em função do golpe militar ocorrido no ano de 1964.

As praças desta fase, assim como as da anterior, seguem um padrão de desenho muito usual no Brasil que se estendem até os anos 60, que consistia em caminhos raiados partindo do centro da área, onde, geralmente, encontrava-se um coreto ou estrutura similar.

Os problemas decorrentes da migração campo-cidade fazem sentir-se de forma mais contundente na fase subsequente a esta, onde, ao incremento populacional da cidade de Maringá não corresponde a estruturação da mesma.

5.3. A PERIFERIZAÇÃO: 1974-1983

No início da década de 70, as fortes geadas ocorridas no Norte do Paraná, sua ação e conseqüências sobre a cultura do café (já abordado anteriormente) determinam um

⁸ Praça 7 de Setembro, Emilianio Pernetá, Rocha Pombo, Raposo Tavares, Presidente Kennedy, José Bonifácio, Geoffrey Wild Diment, Pedro Álvares Cabral, Ministro Antonio Oliveiro Salazar, dos Expedicionários, Ary Barroso, do Aeroporto, Senador Abilon Souza Naves, Regente Feijó, Juiz Fernando Antônio Vieira, da Independência, Sagrado Coração de Jesus, Vila Rica, São Vicente, Ouro Preto, Olinda, sem denominação (localizada à Rua Mitsuzo Taguchi com Rua Luiz Carlos Sossai).

êxodo rural ainda mais intenso. Maringá de então já se estabelecera como cidade pólo da região Noroeste do Estado, o que atraía grande parte desse contingente “expulso” do campo, e que vinham em busca de trabalho e moradia. Esta população, “com menos poder aquisitivo foi obrigada a se afastar do centro para adquirir seu terreno. Localizam-se na periferia, onde emergiam os loteamentos populares, com poucos e raros equipamentos” (MENDES, 1992:120). É neste período que Maringá conhece sua maior expansão urbana: 28,60 km², contra 10,72 km² entre 1954 e 1963, 8,30 km² entre 1964 e 1973, e 7,10 km² no período 1984 a 1989 (MENDES, BENADUCE, 1990). Carentes de infra-estrutura e abandonados pelo poder público, em muitos desses novos loteamentos assistiu-se ao processo de favelização - Vila Vardelina, Jardim Aclimação e Vila Bosque -, hoje erradicadas pelo poder público.

No período ora estudado são implantados 91 novos loteamentos e 15 praças⁹. Da mesma forma que o ocorrido no período anterior (1960-1973), o período em questão apresenta um número diminuto de praças implantadas em relação ao número de loteamentos. No caso presente, tem-se o agravante de que essas novas áreas situam-se ainda mais afastadas da zona central, chegando em alguns pontos a atingirem os limites da zona urbana

No que diz respeito ao nome dado às praças desse período constata-se que, passado o “surto” militar-nacionalista, assistimos à denominação de praças sem qualquer critério, tendo em vista a inexistência de lei que regulamentasse tal matéria. Era comum os vereadores darem nome às praças para homenagearem um amigo, um parente; pessoas, muitas vezes, sem qualquer vínculo com a cidade e, com a mesma facilidade, rebatizavam esses logradouros, porque o homenageado, via de regra, era um seu desafeto. Em decorrência desse procedimento é aprovada a Lei nº 3434/93 que passa a disciplinar a denominação dos logradouros públicos. A partir de então, a característica que se observa nos topônimos das praças é o de prestar homenagem a personalidades do município, sobretudo os pioneiros.

A ausência de um maior número de espaços públicos destinados à implantação de praças no presente caso demonstra, mais uma vez, que não se deu continuidade ao plano original do desenho da cidade. Esse comportamento pode ser explicado, porém não justificado, pela pressão imobiliária, pelo desinteresse do poder público na implantação desses espaços (traduzido pelos custos), pela falta de diretrizes ou de instrumentos jurídicos que dessem ordenamento à matéria e, finalmente, pela ausência de uma cultura/conscientização por parte da população na defesa de uma melhor qualidade ambiental, como se verifica nos dias de hoje.

5.4. A CIDADE VERTICAL: 1984-1998

MENDES (1992), em sua tese sobre a verticalização de Maringá estabelece 3 períodos distintos dentro desse processo, tendo por início o ano de 1960 e estendendo-se até 1989. O primeiro período vai de 1960 a 1969, o segundo, de 1970 a 1979, e o terceiro, de 1980 a 1989. De uma forma resumida MENDES (1992) assim caracteriza essa periodização: primeiro período - “Emergia a verticalização maringaense, resultado do excedente de riquezas, oriundas sobretudo da fase inicial da cultura cafeeira e das atividades comerciais” (p. 175). Segundo período - “Este período caracterizou-se como aquele de expansão vertical para atender a classe média e a alta” (p. 195). Terceiro período - “Este período se

⁹ Praça da Catedral, da Capela, Jardineiro Altino Cardoso, Emílio Fajardo Espejo, Henrique Fregadolli, das Américas, Maestro Aniceto Matti, Professor Ary de Lima, Vereador Oswaldo Vieira, Júlio Jerônimo dos Santos, General Gomes Carneiro, Professora Nadir Aparecida Cancian, Rotary Internacional, Londrina, sem denominação (localizada à Rua Alexandre Bel com Rua Alfredo Braido).

configurou no mais importante ao longo do processo em questão. [...] Verifica-se que neste período ocorreu a consolidação do processo por fatores conjunturais, além das reivindicações mercadológicas, culturais e do desenvolvimento das atividades econômicas” (p. 210).

O processo de verticalização em Maringá teve início na zona central da cidade, irradiando-se para áreas mais afastadas. Em princípio, essa verticalização no núcleo central em nada concorreu para o incremento no número de praças. Isso se explica pelo fato de as edificações verticais passarem a ocupar espaços antes ocupados por outras construções, não havendo, portanto, expansão territorial. Quando essa verticalização processa-se em direção a áreas mais distantes do centro, em muitos casos o assentamento ocorre em novas áreas, exigindo a implantação de toda infra-estrutura urbana, inclusive praças. No entanto, não se verifica um acréscimo expressivo no número desses logradouros implantados. O acréscimo no número de praças nesse período ocorre, sobretudo, pela abertura de novos loteamentos; contam-se 63 loteamentos e 38 praças¹⁰.

Observa-se nas praças desse período o predomínio de topônimos que se relacionam à história recente da cidade: pioneiros, vereadores, professores ou morador ilustre. Outra característica que se destaca é a implantação de praças temáticas. Se por um lado esse procedimento demonstra criatividade do projetista e oferece à população opções diferenciadas de lazer, por outro, corre-se o risco de, com o tempo, ter aqueles espaços abandonados, uma vez que os modismos são passageiros. O desenho das praças dessa fase passam a ser mais elaborados, fugindo dos padrões formais (linhas retas, geométricas), da mesma forma que a vegetação merece melhor tratamento no que se refere à diversidade das espécies plantadas.

Este período de verticalização mais acentuada é acompanhado pelo surgimento de espaços alternativos que concorrem com as praças, como os *shopping centers* (Avenida e Aspen) e *pesqueiros* no entorno da cidade. Essa nova realidade faz com que o poder público dê ainda menos atenção às praças, com exceção daquelas localizadas na região central da cidade.

6. DISCUSSÃO

Muito embora a discussão em torno da importância das áreas verdes urbanas seja assunto discutido à exaustão e desde muito, ele ainda é atual e enseja continuamente um aprofundamento, visto tratar de aspectos relacionados à qualidade ambiental e de vida da população de toda e qualquer cidade. Nesse contexto temos que as praças desempenham papel relevante, seja do ponto de vista ecológico, estético ou de lazer.

Nascida sob a égide da democracia - ágora - a praça experimentou ao longo do tempo toda forma de transformação e abandono, ora sucumbindo ao descaso, ora renascendo com mais força. A busca de “culpados” por aquilo que ela hoje representa encontra apoio em dois extremos: de um lado o poder público, relapso e inepto na sua função de zelar e manter os espaços públicos; e de outro lado a população que, por falta de

¹⁰ Praça Deputado Renato Celidônio, Largo Pioneiro José Inácio da Silva, Todos os Santos, Vereador Malaquias de Abreu, Manoel Ribas, Pio XII, 21 de Abril, Amábil Gíroldo, Lions, dos Sertões, Pioneiro Antônio Laurentino Tavares, Pioneiro Júlio Ribeiro Vilella, da Glória, Pioneira Therezinha R. Barriquelli Covre, Megumi Tanaka, das Palmeiras, Pioneiro Jacinto Ferreira Branco, Cidade de Bréscia, Luiz Gonzaga, Nilza de Oliveira Pipino, Vereador Eurico Vieira Guido, Naturalista Augusto Ruschi, Jitsuji Fujiwara, Pioneiro Fiori Progiante, Salgado Filho, Pioneiro Olímpio Forcelli, Pioneiro Bento de Freitas da Silva, Professora Ester G. Josepetti, Pioneiro Galilleu Rigolin, Professora Rachel D. P. Pintinha, Vicente Simino, José Bertoni, Farroupilha, Largo Júlio do Carmo Esteves, Largo das Garças, Largo Pioneiro Irineu Murazi, e duas outras sem denominação - uma localizada à Av. Gastão Vidigal com a Av. Centenário, e a outra à Av. Alziro Zarur.

vontade e em função do surgimento de espaços alternativos de lazer, tornou-se conivente com a política de abandono adotado pelo poder público. Embora a busca de culpados seja terreno estéril à solução dos problemas que as praças enfrentam, não há como negar o desinteresse da grande maioria da população e da maior parte dos gestores urbanos quando se trata de implantar e manter praças.

Maringá, projetada segundo cânones de cidade-jardim, e ostentando título de uma das que apresenta maior índice de área verde *per capita* do país, abriga, já nos *slogans* de *marketing*, uma grande inverdade. Um olhar mais atento sobre essa paisagem leva à constatação de que há uma concentração entre poucas espécies arbóreas. MILANO (1988) constata que 49,83% da população total das árvores das ruas de Maringá corresponde a uma única espécie - sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*). Idêntico comportamento repete-se, também, em percentual menor, no levantamento efetuado por ANGELIS (2000) sobre a arborização existente nas praças maringaenses, onde a sibipiruna responde por 33,30% do total. Esses dados depõem contra o discurso oficial, visto que, tecnicamente, a arborização maringaense situa-se numa faixa de risco muito grande, onde o ataque de pragas ou a incidência de patógenos pode comprometer metade de toda arborização da cidade. O que se verifica é o distanciamento entre o discurso político e a realidade, onde quantidade prevalece em detrimento da qualidade. Essa mistificação do "verde" maringaense tem suas raízes no planejamento da cidade, onde a princípio funcionou a contento. Decorridas algumas décadas o que se observa é que o "verde" local é pano de fundo para propaganda enganosa. Afinal, sequer um plano de manejo para a arborização maringaense existe, mesmo sabendo que as árvores do anel central apresentam-se em estado de senilidade, exigindo, num curto espaço de tempo, um novo plantio.

Se a arborização de Maringá enseja todo um trabalho exaustivo de funcionar como cartão postal da cidade e, mesmo assim, apresenta-se em uma situação a exigir cuidados urgentes (o que não é feito), o que dizer das praças, esse "retalho" que nada mais é hoje (salvo poucas e raras exceções) que o resultado urbanístico da intercessão de duas vias!? A esse questionamento a resposta vem na forma de um dado estatístico, onde, de acordo com ANGELIS (2000), 20% das praças maringaenses não apresentam qualquer tratamento, ou seja, não urbanizadas, portanto, impróprias ao uso a que se destinam.

Alicerçada na História pode-se entender que as praças maringaenses tiveram seu início de decadência a partir do momento em que ocorreram as fortes geadas na região em fins da década de 60 e início de 70; essa manifestação climática propiciou o inchaço da cidade através do êxodo rural. Analisada sob outra perspectiva, pode-se dizer que faltou visão ou sensibilidade aos administradores públicos que se sucederam a partir de então, deixando à margem estrutura das mais significativas dentro da malha urbana que são as praças. No afã de se estabelecer como pólo regional, a cidade foi absorvendo aquele contingente humano, promovendo sua expansão desorganizada e fora dos padrões propostos em seu projeto original, de forma que tal expediente, se de um lado resultou na afirmação da cidade como pólo regional, por outro permitiu que se perdesse sua característica mais significativa que era o primar pelas suas áreas verdes.

Por outro lado as descontinuidades políticas e administrativas com alternância de grupos rivais (principalmente em nível municipal) fazem com que as políticas, planos e metas propostos não ultrapassem o período de uma gestão, se efetivados. Se no campo genérico do planejamento urbano constata-se o caos estabelecido pela falta do próprio, o que dizer quando a abordagem diz respeito às minúcias do planejamento de uma praça!? Geralmente vista por muitos planejadores urbanos como um elemento isolado mercedora de menor atenção, a praça sofre as vicissitudes de um tempo onde tudo gira em torno da "falta de recursos financeiros em função de crise pelo qual passa o país". Crise ou não, a

praça existe e, de uma forma ou outra, requer atenção e cuidados, visto ser um espaço necessário à cidade, caso contrário já as teriam erradicado.

7. CONCLUSÃO

A atual administração municipal, através das Leis nº 270/98 e nº 274/98 criou a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SEUMA), tendo como objetivo principal “o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de preservação e proteção ambiental do município”.

Para dar atendimento ao que dispõe a lei de criação da SEUMA, a mesma apresenta a seguinte estrutura no que diz respeito às áreas verdes da cidade: há um gerente de parques, jardins e limpeza pública, ao qual estão subordinados três coordenadores - de áreas verdes, de arborização e de roçada - e dois auxiliares - auxiliar operacional do viveiro de produção de mudas e auxiliar operacional de monitoramento da cobertura vegetal. Um ponto negativo que se constata junto à SEUMA - setor de áreas verdes - diz respeito a seu corpo técnico. Os três coordenadores mais o auxiliar do viveiro têm instrução incompatível com a função que desempenham, sendo que somente o auxiliar de monitoramento da cobertura vegetal é que apresenta título de curso superior - Engenheiro Florestal. E o mais estranho, para dizer o mínimo, é que esse encontra-se hierarquicamente em um nível inferior aos coordenadores, porém, a ele cabe decidir sobre todos os assuntos pertinentes à gerência em questão, visto ser o único em condições para tanto. O que norteou esse procedimento no preenchimento dos cargos, como é regra em se tratando de Brasil, foi o princípio político do “toma lá dá cá”, em detrimento da competência e qualificação técnica. É inadmissível que uma cidade como Maringá, cuja arborização de ruas, parques e praças é conhecida e enaltecida nacionalmente, ter a frente de sua arborização e de áreas verdes pessoas sem a devida qualificação. Não vai aqui nenhum viés de preconceito ou coisa que o valha, mas simplesmente a constatação e incompreensão diante de fatos que se consumam na surdina do jogo político. Perde sobremaneira a cidade que, sem se dar conta, vai desqualificando seu maior patrimônio que é justamente o “verde” que a destaca.

Incompetência, desconhecimento de causa, falta de visão ou não prioridade, a verdade é que não existe em Maringá um setor, uma divisão ou qualquer órgão, por menor que seja, responsável pelas praças da cidade, e que centralize as ações de forma integrada e continuada. O que se verifica é a aleatoriedade a que ficam sujeitos os projetos de implantação (quando existentes) e de recuperação ou manutenção desses espaços públicos; sem dizer da fragmentação dos trabalhos realizados, visto que diversos setores de diferentes secretarias é que os realizam. Esse procedimento acaba criando uma praça descaracterizada, um espaço pobre, carente de criatividade e desvalorizado, porque não prioritário.

Diante do exposto pode-se afirmar que não há uma política, mínima que seja, para o setor de praças. Há sim uma deficiência crônica que acompanha as mudanças periódicas dos administradores municipais, onde a praça existe enquanto logradouro da zona central ou então, quando pertence a algum bairro cujo representante político tem maior poder de persuasão junto às “autoridades”. Nesses dois casos vamos encontrar praças com manutenção satisfatória. Fora isso, praça em Maringá é, comumente, sinônimo de rotatórias ao longo das principais vias, exercendo papel de elemento coadjuvante do trânsito.

É no mínimo lamentável a não existência de uma política para as praças maringaenses. E não se está falando de uma cidade com meia dúzia desses espaços, mas de uma cidade que comporta noventa e nove praças e que se orgulha de suas áreas verdes. Por outro lado temos que a sociedade também é conivente com essa situação, pois não levanta

sua voz nem cobra das autoridades comportamento diferente. É como se a praça em Maringá não existisse!

BIBLIOGRAFIA

- ANGELIS, B.L.D. 2000. **A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá/PR**. São Paulo,. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, A. 1957. Embriões das cidades brasileiras. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, (25): 31-69, mar.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Retrospectiva, 1993.
- BLOSSFELD, H. **Jardinagem**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- BURKE, P. **As fortunas d'o cortesão: a recepção européia ao cortesão de Castiglione**. Trad. de Alvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1997.
- CALCAGNO, A.M. **Architettura del paesaggio: evoluzione storica**. Bologna: Calderini, 1983.
- CARLOS, A.F.A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. [S.I: s.n.], 1997.
- CORRÊA JÚNIOR, J.A. **O trem de ferro**. Maringá: 5 de Abril, 1991.
- FAVOLE, P. **La plaza en la arquitectura contemporánea**. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- FERREIRA, J.C.V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.
- LEAL, J.L.L. **Maringá: contribuição para um estudo histórico da formação e desenvolvimento da cidade e região**. Maringá, 1991. [apostila mimeografada].
- LEITE, M.A.F.P. A natureza e a cidade. In: SOUZA, M.AA. de, *et al.* (orgs.). **Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.
- LEVY STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião "Norte Novo de Maringá" - 1950/1980**. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.
- _____. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.
- MATAS COLOM, J.; NECOCHEA VERGARA, A.; BALBONTÍN VICUÑA, P. **Las plazas de Santiago**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1983.
- MENDES, C.M; BENADUCE, G.M.C. **Diagnóstico das tendências de expansão territorial urbana de Maringá - PR**. Maringá: FUEM, 1990.

- MENDES, C.M. **O edifício no jardim: um plano destruído - a verticalização de Maringá.** São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MILANO, M.S. **Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana :** exemplo de Maringá - PR. Curitiba, 1988. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
- MOTTA, F.L. **Desenho e emancipação.** São Paulo: FAUUSP, 1970.
- MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 2. ed. Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- OMEGNA, N. **A cidade colonial.** Rio de Janeiro: Olympio, 1961.
- PLACANICA, A. La piazza come spazio fisico e come allusione sociale. In: VITALE, M.; SCAFOGLIO, D. (orgs.). **La piazza nella storia:** eventi, liturgie, rappresentazioni. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995. p. 43-59.
- PORTOGHESI, P. Piazza della convivenza pacifica. In: VITALE, M; SCAFOGLIO, D. (orgs.). **La piazza nella storia:** eventi, liturgie, rappresentazioni. Napoli : Edizioni Scientifiche Italiane, 1995. p. 15-23.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Secretaria de Planejamento. **O perfil da cidade de Maringá.** Maringá: Gráfica municipal, 1997.
- REIS FILHO, N.G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720).** São Paulo: EDUSP, 1968.
- RIGOTTI, G. **Urbanística - la tecnica.** 2. ed. Torino: Editrice Torinese, 1956.
- SALDANHA, N. **O jardim e a praça:** o privado e o público na vida social e histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1996.
- SEGAWA, H. **Ao amor do público:** jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- TERRA, C.G.. Jardins públicos e sua importância no espaço urbano: Rio de Janeiro - século XIX. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ARTE. (5: 1995: São Paulo). **Anais...** São Paulo: USP, Escola de Comunicação e Artes, 1995. p. 97-101.
- VELASCO, A. **Ciudad y espacios verdes.** Madrid: Servicio Central de Publicaciones/Ministerio de la Vivienda, 1971.

¹ Artigo publicado em 1998, no livro de Qualificação do curso de Pós-Graduação em História, em conjunto de Universidade Federal de Maringá.

² Universidade de Curitiba, Pós-Graduação em Engenharia Florestal.

³ Capitulo - História do Planejamento do Município de Maringá - em Curitiba, 2º Fórum Brasileiro de Planejamento Urbano - Maringá-PR.